

Imagem e narrativa: o caso da caricatura

Nathalia Sá Cavalcante > PUC-Rio 2006.1 Professor: Luiz Antonio Coelho

O texto de W. T. J. Mitchell trata de uma questão muito discutida na esfera da visualidade: a diferença entre imagem e texto segundo a distinção entre o que é “natural” e o que é “convenção”. Uma das primeiras sistematizações desse pensamento encontra-se no diálogo citado pelo autor, Crátilo de Platão. Trata-se de uma visão metafísica em relação a essas duas esferas, onde natural é considerado algo biológico e universal e convencional é, algo encarado como social, cultural e específico. O autor também detecta uma contradição no pensamento do historiador da arte. E. Gombrich que num primeiro momento coloca-se enquanto convencionalista, defendendo a imagem como modo de linguagem. Em geral, as imagens são rotuladas como sinais naturais enquanto as palavras funcionam como sinais convencionais. Posteriormente, Gombrich defende a idéia contrária a tal pensamento.

Para contextualizar o texto de Mitchell, é importante clarear algumas questões acerca do diálogo Crátilo de Platão. O texto questiona a concepção da linguagem, particularmente do nome. Há, em Crátilo, dois interlocutores: Hermógenes, um discípulo, e Crátilo, pensador influenciado pelo pensamento de Heráclito. Para Crátilo, as palavras possuem um sentido certo e imutável. Trata-se da teoria naturalista dos nomes. Para Hermógenes, ao contrário, os nomes das coisas são criados segundo convenção humana.

Sócrates começa a desencadear o diálogo a partir da tese apresentada por Hermógenes e defende a idéia da impossibilidade de conhecimento pela linguagem por se caracterizar pelo sentido arbitrário. Nesse caso, Sócrates dá razão aos sofistas, que acreditam que apenas falando já se diz a "verdade". Sócrates torna relativa tal arbitrariedade, indicando o caráter coletivo da convenção, que se opõe ao subjetivo e ao singular. Hermógenes, entretanto, limita a convenção ao que diz respeito ao verdadeiro. Tal conclusão afasta Sócrates dos sofistas. Hermógenes resiste e Sócrates critica a tese de Protágoras da não-existência nas coisas de uma essência permanente, sendo a verdade construída a partir da opinião pessoal de como cada pessoa vê as coisas do mundo. Para Protágoras não há essência, mas apenas aparência. Não existe uma verdade absoluta e o conhecimento é pessoal e singular. Não acredita que as coisas são as mesmas para todos. Para Sócrates, no

entanto, as coisas existem por si mesmas, de acordo com sua essência natural e o mundo possui uma organização imutável. Em resumo a posição de Platão contrapõe-se entre a certeza de que o nome diz a verdade ou a desconfiança, de que os nomes são apenas nomes. Assim, os nomes são criados tanto por natureza quanto por convenção.

Cratilo tenta argumentar que as palavras não são convenções, mas possuem uma conexão natural de semelhança com o nome das coisas assim como as imagens. A distinção entre natural-convencional pode ser percebida na comparação recorrente entre pintura e poesia. Para Leonardo da Vinci, por exemplo, a pintura era superior à poesia. Primeiro pelo seu sentido natural de imitação da realidade criada por Deus e reflexo de seu sentido de verdade. Em contrapartida, a poesia era vista como relatos de ações humanas. Shelley, ao contrário, defendeu a superioridade da poesia pelo seu caráter não natural e pela força da imaginação humana.

No seu texto, Mitchell coloca os argumentos sobre a inferioridade da imagem relativa ao texto e, também, algumas questões em relação à superioridade da imagem diante das palavras. Ao defender a inferioridade da imagem, a relação entre o signo arbitrário (palavra) e as coisas mentais, entram em contraste com as imagens que só podem representar o visível, objetos materiais. Também lembra que a linguagem verbal é capaz de articular idéias complexas e expressar relações lógicas. As imagens, ao contrário, podem mostrar alguma coisa numa “exposição muda”. Quanto ao argumento sobre a capacidade das imagens contarem história ou articular idéias complexas, o autor responde sugerindo que a imagem em si não expressa, apenas afirma a sua “dependência parasítica” do verbal. Para Mitchell, imagens levam desvantagem para construir a natureza. Convertem apenas uma pequena quantidade de informação, apropriada aos “seres do estado de natureza” como as crianças, os analfabetos, os selvagens ou os animais.

Mitchell apresenta alguns argumentos em defesa da superioridade da imagem. A naturalidade da imagem a faz um meio universal de comunicação e promove uma representação direta, imediata e acurada das coisas. Destaca o poder epistemológico da imagem e da universalidade como meio de comunicação que está calcado no fato do signo natural poder ser decodificado por um número maior de seres (as crianças, os analfabetos, os selvagens ou os animais). A imagem, diferente do texto, alcança imediatamente o objeto que representa e o destinatário a que se dirige.

O texto de Mitchell foi o ponto de partida para o desenvolvimento do seminário sobre Imagem e Narrativa (Ilustração e a caricatura) e abriu algumas reflexões acerca do sentido próprio inerente à imagem e aos sentidos embutidos à mesma pelo contexto que a abriga. A principal questão despertada concentra-se na idéia da imagem ser ou não uma linguagem. Esse é um assunto que será tratado posteriormente na continuidade da pesquisa. Inicialmente, entretanto, tornou-se fundamental enumerar as diferentes definições sobre alguns tipos de imagens como a ilustração e a caricatura na medida em que aproximam-se da esfera mais específica do tema pesquisado.

Segundo o Dicionário Aurélio Século XXI, a ilustração é definida como *imagem ou figura de qualquer natureza, com que seorna ou elucida o texto de livros, folhetos e periódicos*. A ilustração define-se por dependência ou subordinação ao texto. O termo ilustração aparece inicialmente, segundo Emanuel Araújo, no terceiro decênio do século XIX, anteriormente denominada de iluminura. As iluminuras dominaram os textos religiosos medievais e permaneceram até o surgimento da imprensa. As primeiras ilustrações impressas apareceram na China por volta do século IX e na Europa no século XIV. As ilustrações eram elaboradas para cartas de baralho, santinhos e etc. No Egito Antigo, as ilustrações possuíam um poder mágico de orientação aos mortos na sua passagem para a vida eterna.

As ilustrações podem ser divididas em quatro grupos segundo sua relação com o texto: ornamental, informativa ou didática, equilibrada, autônoma. A ilustração ornamental enquadra as imagens que não possuem uma determinada função e que existem apenas para enfeitar ou completar o espaço em branco. Essas ilustrações proporcionam a elaboração de uma reflexão acerca da complexidade das imagens e como elas podem contar muito além do que tiveram como intenção. Assim, um ornamento pode dizer algo sobre a sua época, as suas técnicas de impressão e o seu contexto sócio-cultural. A arqueologia, por exemplo, sabe muito bem o valor de cada signo, de cada pequeno adorno como uma espécie de enigma a ser desvendado em relação à cultura. A ilustração informativa ou didática complementa ou até suplementa o texto a que se refere. Possui relevância para ajudar a compreensão e a fixação das informações. Assim, possui mais elementos para serem levados em consideração na sua respectiva análise. A imagem gráfica equilibrada é aquela que está em igualdade de importância com o texto como, por exemplo, ocorre em muitos livros infantis. Essa ilustração é capaz de construir uma narrativa visual paralela à narrativa verbal que lhe acompanha. Por

último, as ilustrações autônomas são independentes do texto para a sua atuação. As caricaturas podem exemplificar esse tipo de imagem, lembrando, apenas que nesse caso é fundamental o conhecimento prévio da figura representada por parte do observador. A ilustração autônoma possui vida própria e pode até inverter a relação quando utiliza o texto como um detalhe.

Como as ilustrações são, na sua essência, uma maneira de representar, então, é importante definir a idéia de representação. Segundo o Pocket Oxford Dictionary representar é *“invocar mediante descrição ou retrato ou imaginação figurar, simular na mente ou pelos sentidos, servir de ou ser tido por aparência de, estar para, ser espécime de, ocupar o lugar de, ser substituto de”*. A definição de Régis Debray (In: A vida e a morte da imagem no ocidente) encontra-se com a idéia de substituição: *“representar é tornar presente o ausente. Portanto, não é somente evocar, mas substituir. Como se a imagem estivesse aí para preencher uma carência, aliviar um desgosto. Assim, pintada ou esculpida, a Imagem é filha da Saudade”*.

A partir da idéia de substituição, a caricatura pode ser, então encarada como uma representação, um tipo de ilustração que baseia-se, segundo Gombrich, no sentido de equivalência e não apenas do sentido de semelhança. Isso ocorre a partir da construção de metáforas, muitas vezes universais como claro e escuro que simboliza o bem e o mal. Para Gombrich, a caricatura é uma *“distorção jocosa de rosto de uma vítima”*. Trata-se de símbolos em um contexto circunscrito, ou seja, conceitos e símbolos abreviados do discurso para situações metafóricas.

A questão da semelhança e da equivalência foi uma descoberta que Gombrich atribuiu aos irmãos Carracci que iniciaram a caricatura propriamente dita segundo a comparação do rosto humano com animais e utensílios, despertando a idéia de associação. O rosto é percebido como um todo e não em detalhes. Assim como o sonho que, algumas vezes, com alguns fragmentos é possível montar o sentido global. A expressão é algo difícil de analisar e de descrever.

Pintores ilustres ao longo da história da arte preocuparam-se com o estudo da fisionomia e muitos destes desenvolveram importantes trabalhos na área da caricatura como Dürer (1471-1528) e Goya (1746-1828), No entanto, a ilustração foi cada vez mais distanciando-se da pintura e da escultura e não conseguindo conquistar o status de arte. Não

foi aceita dentro do “campo” da arte e posicionou-se à parte do universo da arte propriamente dita. No entanto, essa talvez tenha sido a sua arma mais forte para preservar a sua liberdade e a sua potência enquanto expressão. A ilustração é considerada uma arte “menor” e inferior em relação a arte legitimada por críticos e investidores. De alguma forma, a ilustração e, particularmente a caricatura, firmou-se no imaginário popular e consolidou-se como manifestação sócio-cultural. Seu mérito concentra-se na capacidade de unir o universo erudito da crítica e da reflexão com a compreensão popular por meio de uma linguagem direta e transformadora.

Lembrando o texto de Mitchell, as características da imagem e do texto diferenciam-se Segundo a Idéia de natural e a de convenção. De fato, trata-se de uma reflexão que não se esgota nessas questões, mas que abre a possibilidade para uma correlação entre as duas leituras. A imagem possui a sua carga natural, daquilo que lhe é próprio, no entanto está sujeita à convenções atribuídas as suas particularidades e a sua inserção no contexto cultural e sociológico de sua existência.

Trata-se de uma breve reflexão acerca da complexidade da imagem e das suas interconexões com o meio e não apenas com o observador, mas sim com o “interator”, ou seja, pela construção de uma dinâmica interativa e cíclica entre o objeto e o sujeito.

Referências bibliográficas:

GOMBRICH, E. H. *Meditações sobre um cavalinho de pau*. São Paulo: Edusp, 1999.

GOMBRICH, E. H. *Arte e Ilusão*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1986.

MITCHELL, W. J. Thomas. *Iconology: image, text, ideology*. Chicago e Londres. The University of Chicago press. 1986.